

Demonstrações Contábeis

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

31 de dezembro de 2022
com o Relatório do Auditor Independente

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanço patrimonial	3
Demonstração do resultado	4
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	5
Demonstração dos fluxos de caixa.....	6
Notas explicativas as demonstrações contábeis	7

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Diretoria pelas demonstrações contábeis

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes.

As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões

econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

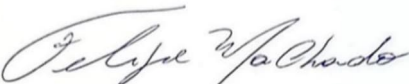
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Diretoria a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP015199/F



Felipe Machado Oliveira
Contador CRC-GO-022208/O-3

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Balanço patrimonial
31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	112	35
Tributos a recuperar		4	2
		<u>116</u>	<u>37</u>
Não circulante			
Propriedade para investimentos	5	<u>101.826</u>	-
Total do ativo		<u>101.942</u>	<u>37</u>
	<u>Notas</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo			
Circulante			
Impostos e contribuições a recolher		<u>2</u>	-
Patrimônio líquido	6		
Capital social		102.858	119
Prejuízos acumulados		(918)	(82)
		<u>101.940</u>	<u>37</u>
Total do passivo		<u>101.942</u>	<u>37</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Notas	2022	2021
Resultado operacional			
Despesas administrativas		(10)	-
Despesas tributárias	7	(850)	(3)
		(860)	(3)
Resultado financeiro líquido:			
Receitas financeiras		32	2
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(828)	(1)
Imposto de renda e contribuição social		(8)	-
Prejuízo do exercício		(836)	(1)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	119	(81)	38
Prejuízo do exercício	-	(1)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	119	(82)	37
Aumento de capital	102.739	-	102.739
Prejuízo do exercício	-	(836)	(836)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	102.858	(918)	101.940

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado do exercício	(836)	(1)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	913	-
Recursos provenientes das atividades de financiamento	<u>913</u>	<u>-</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>77</u>	<u>(1)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	35	36
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>112</u>	<u>35</u>
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	<u>77</u>	<u>(1)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A ex-Itamarajú Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade de capital fechado estabelecida e domiciliada no Brasil com sede no Rio de Janeiro, que tem por objetivo o investimento, desenvolvimento, gestão, compra e venda de ativos e bens de uso rural e parcerias rurais; o investimento, administração, gestão, compra, venda e negociação do direito de uso de imóveis rurais próprios; a locação, comodato ou arrendamento de quaisquer bens móveis de uso rural ou imóveis rurais; a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista; a participação em empreendimentos imobiliários; e a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Em 06/07/2022, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$102.739, parte integralizada por meio de conferência do acervo líquido correspondentes a propriedades para investimento, com área de aproximadamente 69.480,56 ha (sessenta e nove mil, quatrocentos e oitenta hectares e cinquenta e seis ares), que está distribuída da seguinte forma:

	2022	
	<u>Matrícula</u>	<u>Área total (ha)</u>
Fazenda Vale Sereno	24.727	44.435,15
Fazenda Santa Ana	25.060	4.177,64
Fazenda São José	21.380	4.143,55
Fazenda Santa Luzia	24.013	16.724,22

Em 06/07/2022 foi celebrado também o contrato de parceria agrícola/florestal com a AgroSB Agropecuária S.A. (empresa que possui controlador em comum), que tem por objetivo o uso das unidades produtivas abaixo mencionadas, para cultivar principalmente soja e milho, dentre outras culturas de ciclo curto, mediante partilha dos frutos havidos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras hectares plantados e hectares totais, não foram auditados pelos auditores independentes.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

a) Declaração de conformidade

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações contábeis—Continuação

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria aprovou e autorizou estas demonstrações contábeis em 17 de março de 2023.

b) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2021.

3. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis - continuação

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

c) Impostos e tributos

Imposto de renda e contribuição social corrente

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% conforme legislação, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. As adições ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis - continuação

c) Impostos e tributos—Continuação

Incertezas sobre tratamento de impostos—Continuação

A interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

d) Propriedade para Investimentos

Os imóveis rurais estão classificados como propriedades para investimento, e são registradas pelo valor de custo, sendo anualmente avaliados pelo valor justo para fins de divulgação e em atendimento ao CPC 28 “Propriedade para investimentos”. A Companhia contrata empresa especializada para a mensuração do valor justo.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido na venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

e) Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes, até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia são divulgadas abaixo. A Companhia pretende adotar essas normas, se for o caso, quando elas entrarem em vigor:

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (CPC 26), de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante.

As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. A Administração não espera alterações advindas desse pronunciamento.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis - continuação

e) Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis--continuação

As alterações ao IAS 1 entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023. A Administração não espera alterações advindas desse pronunciamento.

Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (CPC 23), no qual introduz a definição de “estimativa contábeis”. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis.

As alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

A Adoção da norma não causará impactos nas demonstrações contábeis da Companhia.

Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis

Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis.

As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. E não espera que haja alterações significativas em sua demonstração contábil.

Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação

Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais políticas contábeis - continuação

- e) Normas emitidas, mas que ainda não estão em vigor até a data da emissão das demonstrações contábeis--continuação

As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento.

A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações. E não espera que haja alterações significativas em sua demonstração contábil.

4. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão assim representados:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Aplicações financeiras	<u>112</u>	<u>35</u>

As aplicações financeiras de curto prazo estão constituídas cotas de fundos de investimento de alta liquidez, prontamente conversíveis em caixa e com riscos insignificantes de mudança de valor.

5. Propriedades para investimento

As propriedades para investimento referem-se a fazendas localizadas no estado do Pará. A seguir apresentamos os valores de custo e valor, conforme requerido pelo CPC 28, apresentamos a seguir o valor justo das propriedades para investimentos:

	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Fazenda Vale Sereno	85.569	597.852
Fazenda Santa Ana	16.257	305.385
	<u>101.826</u>	<u>903.237</u>

A avaliação pelo valor justo das propriedades para investimentos foi determinada mediante laudos de avaliação preparados por avaliador independente. .

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

O capital social está representado por 239.000 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Em 06/07/2022, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia no montante de R\$102.739 (R\$101.826 integralizados por meio do acervo líquido correspondentes propriedades para investimento, mencionadas na nota explicativa 5 e R\$913 em moeda nacional), mediante emissão de 645.977.615 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$0,159044 por ação.

b) Dividendos

Aos acionistas está assegurado um dividendo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

A Companhia não apresentou resultado positivo para distribuição durante os exercícios de 2022 e de 2021.

7. Despesas tributárias

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Imposto territorial rural	(850)	-
Emolumentos e taxas	-	(3)
	<u>(850)</u>	<u>(3)</u>

8. Seguro

A Companhia não possui nenhum tipo de seguro contratado.

9. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Vale Sereno Propriedades Agrícolas S.A.

Notas explicativas as demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro - continuação

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

Riscos de taxas de juros e taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de liquidez

Representa o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

10. Eventos subsequentes

Decisão STF - eficácia da coisa julgada tributária

Em decisão tomada em fevereiro de 2023 por unanimidade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (“STF”) considerou que uma decisão definitiva, a chamada “coisa julgada”, sobre tributos recolhidos de forma continuada, perde seus efeitos caso a Corte se pronuncie em sentido contrário. Isso porque, de acordo com a legislação e a jurisprudência, uma decisão, mesmo transitada em julgado, produz os seus efeitos enquanto perdurar o quadro fático e jurídico que a justificou. Havendo alteração, os efeitos da decisão anterior podem deixar de se produzir. Na prática, todas aquelas decisões favoráveis de inexigibilidade de tributos as quais os contribuintes conseguiram e, posteriormente, a mesma matéria foi julgada de forma desfavorável pelo Supremo, terão os seus efeitos cessados inclusive retroativamente, respeitadas, no entanto, a anterioridade anual e/ou nonagesimal (quando não se pode cobrar um tributo imediatamente) a depender do tributo em questão.

A Companhia verificou que não existem impactos tributários, especificamente sobre a CSLL, e que não existem autuações em curso envolvendo a Companhia com algum tipo de isenção ou exigibilidade suspensa da contribuição social sobre o lucro líquido.

Ampliando o escopo da análise aos demais tributos de pagamento contínuo, a Companhia não possui decisão judicial proferida em ação individual transitada em julgado, seja pelo reconhecimento de determinado tributo, seja pelo não recolhimento, cujo entendimento tenha sido modificado por ulterior decisão do STF proferida em sede de controle concentrado de constitucionalidade ou sob a sistemática da repercussão geral.

* * * * *